

Docente do Instituto Superior de Agronomia defende floresta pós-industrial

Por uma floresta com outros valores

Francisco Rego

Overão de 2017 obriga todos a repensar o sistema de prevenção e de combate aos incêndios florestais para que não se repitam os dramas das vítimas mortais, dos muitos feridos, das sociedades traumatizadas. O Relatório da Comissão Técnica Independente nomeada pela Assembleia da República produziu um diagnóstico e a concretização pelo Governo das medidas aí previstas constitui a resposta do Estado a este objetivo imediato.

Mas além da proteção das pessoas e bens, há a questão de médio e longo prazo, a da própria floresta. E ao longo do tempo o Estado tem mudado a sua visão e atuação no que respeita às florestas:

1) Na transição do século XIX para o século XX, numa situação geral de degradação dos solos e dos recursos, o Estado refletia as preocupações com as cheias, a erosão e o clima e criava o regime florestal para proteger as áreas ambientalmente mais importantes, dotando-as da guarda florestal;

2) Na década de 40 o Estado Novo, com o Plano de Povoamento Florestal arborizava,

sobretudo com pinhal, os baldios enquanto a crescente pobreza das comunidades rurais levava à emigração, com a crescente perda da matriz agrícola de muitas áreas. O pinheiro ia ocupando o lugar da agricultura;

3) Na década de 60, o Estado promove a industrialização e surgem as empresas de pasta e papel que proporcionaram com a cultura do eucalipto nova alternativa à agricultura pobre de muitas regiões;

4) Na década de 90 a Política Agrícola Comum dominou as opções do Estado para a floresta. A agricultura era progressivamente abandonada, a globalização fez diminuir o valor da madeira do pinho, o cuidado na gestão dos pinhais diminuiu, os incêndios aumentaram e o eucalipto prosperou com o sucesso da sua indústria.

A escolha do tipo de floresta não é, no entanto, neutra. O pinho, e sobretudo o eucalipto, dão o benefício do rápido crescimento e qualidade da madeira mas têm custos: os gases voláteis associados à resina e ainda mais aos óleos essenciais do eucalipto fazem estas florestas mais inflamáveis a que se associa a produção de focos secundários. Temos uma floresta que arde e opções

florestais com benefícios privados e custos públicos, por vezes dramáticos.

Depois de uma floresta de pinho e de eucalipto, uma floresta pós-industrial tem que ter espaço em Portugal. Uma floresta que, nos espaços mais vulneráveis, corresponda aos objetivos ainda tão modernos do centenário Regime Florestal, deturpado pela incorreta identificação com a sua aplicação pelo Estado Novo nos baldios.

A fitossociologia e a história florestal fornecem-nos pistas. Os carvalhos, os freixos, os castanheiros, as florestas mistas com folhosas de folha caduca, são modelos de silvicultura que devem ser apoiados de forma a poderem também ser alternativas economicamente interessantes. Estes modelos, se aplicados nos locais adequados, podem constituir em duas décadas florestas que, sem mais apoios públicos, podem ser geridas de forma “próxima da natureza” proporcionando situações de rentabilidade económica e social muito atrativas.

Tem de haver espaço para esta outra floresta, mais segura em relação aos incêndios e que inclua os novos valores da paisagem, da identidade, do turismo, do ambiente.

